

proandee@gmail.com

COMUNICAÇÃO LIVRE

QUE APRENDIZAGEM INCLUSIVA E INDIVIDUALIZADA É POSSÍVEL? O CONTRIBUTO DA ESCOLA NOVA DE FARIA DE VASCONCELOS

Lúcia FERREIRA

Agrupamento de Escolas de Mealhada

Carlos MEIRELES-COELHO

Universidade de Aveiro

Resumo:

O ensino para todos e para cada um tem sido alternado por interesses pedagógicos ou por vezes meramente financeiros. Políticas educativas conjunturais não têm em consideração o médio nem o longo prazo. Querer que todos atinjam os mesmos objetivos com os mesmos meios tem-se revelado ineficaz, dispendioso e cada vez mais perigosamente excludente. Em 2012 faz 100 anos que Faria de Vasconcelos (1880-1939) abriu a primeira escola nova na Bélgica, considerada modelo para o movimento da educação nova, mas essa «utopia, já velha» de um século torna-se hoje uma «utopia necessária» ainda longe de estar realizada e mesmo apoiada pelas maiorias.

Que aprendizagem inclusiva e individualizada é possível e desejável hoje?

Analisa-se reflexivamente, numa perspectiva histórico-comparativa e organizacional-curricular, o caso da escola nova de Faria de Vasconcelos como contributo para a implementação da aprendizagem inclusiva e individualizada.

Este estudo de caso mostra que os três pontos fundamentais da educação nova foram aplicados de forma a constituir uma indispensável reflexão sobre a educação e formação inclusivas: a ultrapassagem da antinomia cidade-campo; a aprendizagem inclusiva baseada nas literacias a partir da experiência e a ela retornando; a autonomia e a responsabilidade aplicadas na vida concreta. As consequências daí resultantes transformam profundamente o conceito de escola e as suas práticas, nomeadamente na organização de grupo aberto/turma móvel.

Portugal é dos países onde parte do território está em vias de desertificação, onde diferenças sociais e profissionais são das mais acentuadas, onde menos se trabalha a meio-tempo, onde a «sagrada» família encobre muitas clivagens e onde ainda não se educa para a autonomia e a responsabilidade. Mesmo em tempos de crise, massificar, unificar e estereotipar a educação leva ao aumento do insucesso escolar, da exclusão social e a ruturas que se tornarão muito dispendiosas no futuro.

Palavras-chave: aprendizagem inclusiva e individualizada ao longo da vida; autonomia; responsabilidade

Uma Escola Nova na Bélgica é um livro de António Sena Faria de Vasconcelos Azevedo (1880-1939), português, formado em direito na Universidade de Coimbra, doutorado em ciências sociais na Universidade Nova de Bruxelas, onde foi professor de Psicologia e Pedagogia (1904-1914). Escrito originalmente em francês em 1915, foi traduzido para inglês (1919) e para espanhol (1920). Está a ser traduzido para português no centenário da criação dessa escola que foi considerada modelo das escolas novas na Europa e que serve de excelente **estudo de caso** do que se pretendia com a «educação nova» há um século e do que pode pretender-se para as escolas do séc. XXI.

O programa mínimo de uma «escola nova» era, segundo A. Ferrière (FV, 8): «a escola estar situada no *campo*, o ensino partir da *experiência* e ser enriquecido pelo *trabalho manual* e haver um regime de *autonomia e responsabilidade* dos alunos...» Estes três pontos poderão ser considerados a base da educação para o séc. XXI: 1) aprender a viver no seu meio ambiente natural, agrícola, industrial e urbano; 2) a aprendizagem deve ser inclusiva para todos embora diferenciada de modo que cada um aprenda a encontrar o seu lugar na sociedade; 3) a autonomia e a responsabilidade são o referencial para os níveis de qualificação, educação e formação.

Pretende-se aqui sensibilizar para este estudo de caso atualíssimo, embora com 100 anos, abordando muito sumariamente estes três pontos para uma posterior reflexão mais aprofundada.

1. “Instalámo-nos em pleno campo... tão calmo, relaxante, doce que tudo convida à descontração, benevolência, trabalho pacífico, alegria de viver... isto exerce uma influência preciosa na criança, no seu desenvolvimento físico e moral. A região é agrícola, de modo que os alunos podem acompanhar de perto as grandes aplicações da ciência à técnica e à exploração do solo... Mas... nos arredores existem centros industriais com uma vida intensa, de um trabalho agitado... o que nos permite visitas frequentes e regulares a fábricas, a minas, a esse vasto mundo do trabalho e dos trabalhadores... a escola pode tirar proveito das vantagens que lhe proporcionam os recursos de uma grande cidade.” (FV, 26-27)

As crianças precisam de ter contacto com a natureza, a vida do campo, a agricultura, os animais, os fenómenos fundamentais da vida e da existência, embora perto da cidade, de modo que se tenha acesso aos benefícios de ambos. Embora todos os agrupamentos escolares devam proporcionar estas experiências, nem todos tem as mesmas condições

para o fazer e as escolas devem diferenciar-se umas das outras pelas oportunidades que oferecem. Em Portugal temos insistido num igualitarismo das condições que oferecemos, iguais para todos, numa escola que se tem afastado das necessidades da sociedade pouco contribuindo para a inclusão na vida real quando a aprendizagem inclusiva deve partir da experiência que cada um possui, orientando para a compreensão da necessidade de viver sustentavelmente no meio a que se pertence.

2. “Colocamos a criança em contacto direto com as formas de vida e trabalho humano, apresentando-lhe as coisas e seres no seu ambiente natural. Pode observar, ver, experimentar, agir, manipular, criar, construir... o que importa não é só possuir conhecimentos, mas sobretudo saber servir-se deles, saber utilizá-los, saber fazer... Ensinamos o mínimo possível, fazemos com que descubra o mais possível, num esforço pessoal de pesquisa e descoberta... Para nos ocuparmos de crianças de forma inteligente, conhecendo-os, acompanhando-os de perto, não podemos ter turmas muito grandes... Mas isso não significa que a educação individual seja ideal. Longe disso. Nada supera uma classe, porque nada pode substituir as sugestões, solicitações, reações de um ambiente social onde a criança tem todo o interesse em estar comprometida para ser submetida a uma série de fatores de treino, de emulação, que são necessários ao seu desenvolvimento intelectual e moral... Mas o ensino coletivo tem desvantagens... Quanto maior o número, mais forte é a tendência para uniformizar o ensino... Os mais inteligentes sentem que marcam passo... e desinteressam-se... os mais fracos não conseguem acompanhar... para ter em conta as desigualdades naturais que existem entre os alunos... instituímos as chamadas “classes móveis”, onde os alunos são agrupados de acordo com as suas aquisições e capacidades, de modo que uma criança pode estar no 6.º em francês, no 5.º a Inglês, 4.º em aritmética.” (FV, 70-75). — “Os trabalhos manuais... além de satisfazerem a necessidade de atividade tão imperiosa que a criança tem, desenvolvem as capacidades de observação, comparação, imaginação, estimulam o espírito de iniciativa e criatividade, promovem o aparecimento de qualidades de rigor, oferecem múltiplas oportunidades de aplicar muitos conhecimentos... quanto mais forem em grande número e variados, mais provável será satisfazermos as necessidades manuais da criança e descobriremos nela os gostos, as tendências, as aptidões próprias que nos permitirão conhecê-las melhor para melhor as orientar... são adaptados à idade das crianças... É necessário alternar os trabalhos manuais e os trabalhos intelectuais... os trabalhos manuais são meios de expressão das necessidades, dos sentimentos, das ideias provenientes de aquisições escolares das crianças e, portanto, encadernar, modelar, desenhar, trabalhar em marcenaria é tão importante como ler, escrever e contar... Por exemplo a construção de um grande terrá-

rio... a ideia veio da aula de zoologia. Um jovem foi indicado pelos colegas para a construção do grande viveiro... Em primeiro lugar há um período de investigação, de documentação prévia. Deve encontrar um modelo ou criar um... e organiza as operações: 1. Desenho preciso do modelo... 2. Especificações da qualidade e da quantidade de madeira e de outros produtos que devem ser usados... 3. Custo líquido... Esse orçamento é submetido à aprovação do aluno responsável e pelo mestre da marcenaria. Examina-se, critica-se, discute-se, modifica-se, corrige-se... O plano e o orçamento são aprovados. Se foram rejeitados, recomeçar-se-á tendo em conta as observações apresentadas. Depois do trabalho terminado, haverá nova discussão, avaliação do seu valor técnico, seus defeitos e qualidades... não só educa os alunos sobre os meios de produção e os coloca em contacto direto com as modalidades de vida e do trabalho humano, como também lhes permite igualmente medir o esforço e a recompensa do produtor, o que lhe permite abrir amplos horizontes sobre as questões sociais. Há uma iniciação à vida prática...” (FV, 44-56)

Até agora havia quem pensasse que a escola inclusiva é aquela que se abre ao meio para acolher todos os alunos, mesmo aqueles que até aí não eram aceites. Escola inclusiva é aquela que desenvolve a literacia para o mundo, ou seja, a partir da experiência que cada possui diagnostica as aptidões e motivações pessoais, conhecendo-o bem e depois desenvolve nele as competências e as mais valias mais adequadas, de acordo com as suas possibilidades, para que continue a desenvolver-se a si e ao próprio meio, numa inclusão ativa e produtiva¹. A inclusão faz-se, principalmente, através do trabalho e hoje aponta-se para que as escolas se transformem em centros de aprendizagem inclusiva para todos diferenciando ao máximo as oportunidades para cada um.

3. “1º Constituiu-se sob a forma de cooperativa... Todos os alunos fazem parte da cooperativa...Nomearam um diretor técnico (um dos nossos alunos que se dedica à agricultura) e um diretor comercial. O primeiro tem a seu cargo a exploração da empresa, a organização do trabalho no campo, o escoamento dos produtos, etc. O segundo trata da parte financeira e da contabilidade. ...é mantida rigorosamente em dia, sob a direção do professor de ciências comerciais e de contabilidade...2º São os alunos, os sócios, que cultivam os campos ... São eles que lavram, que estrumam, que semeiam, que colhem. São

¹ No nível um, até aos 12 anos, a produtividade corresponde à satisfação das necessidades básicas de aprendizagem (ONU, 1990) que engloba a aprendizagem desde pequeno, não só do valor das coisas mas do seu custo, aquilo a que a OCDE chama de literacia financeira.

também eles que tratam dos animais...3º São também os alunos que mantêm, reparam e constroem os locais indispensáveis para alojar a comunidade de penas ou de pêlos da quinta... 4º A escola começou por garantir a plena comercialização dos produtos. Mas face às proporções que a empresa tomou, teve que se pensar na ampliação do círculo de compradores e a expandir as vendas no exterior...Trabalho de autonomia e de solidariedade, a sociedade cooperativa agrícola da escola também inicia a criação de uma forma real para a vida prática e para a vida social, e pela liberdade, a responsabilidade e o alcance de experiências de organização e de administração que lhe permite realizar de forma efetiva” (FV, 64-67) — “Para que seja possível dar-lhe uma grande liberdade (liberdade que lhe permitirá fazer às suas custas a experiência do bem e do mal e avaliar as consequências dos seus atos) é necessário organizar o meio social no qual é chamada a viver, a desenvolver-se e a construir por si a sua regra moral. Mas esta organização social deve ser obra das crianças. É o que se chama o regime de autogoverno (*self-government*)... O autogoverno propriamente dito supõe...: a) a organização de um quadro de regras, atividades, usos e costumes conformes à higiene física e moral e solidamente conseguidos; b) a criação de um espírito verdadeiramente social, por meio de uma divisão do trabalho racionalmente estabelecida e de uma cooperação efetiva e real da criança à vida da escola...” (FV, 117-127) — “Para desenvolver o espírito crítico da criança, habituá-la a controlar os seus atos e responsabilizá-la pelo que faz bem como fortificar o seu sentimento de equidade, justiça, benevolência, procedemos a um sistema de apreciação do trabalho e conduta de cada aluno em que participam o próprio interessado e os restantes colegas. Nessas discussões a criança compara o seu ‘eu’ presente com o seu ‘eu’ passado, faz um exame de consciência, reflete sobre si e avalia os seus esforços realizados, mas aprecia também os outros, aprendendo a ser leal, franco, justo, indulgente e benevolente...” (FV, 134).

O desenvolvimento pessoal e social da autonomia e da responsabilidade faz-se a partir da experiência com os outros, individualmente e em grupo. A inclusão é o resultado da interação constante de cada um com o seu passado e o seu futuro, consigo e com os outros, no contexto concreto em que vive e de constante superação ao longo da vida.

*

Tal como antevia FV, a aprendizagem inclusiva e individualizada não prevê a educação e formação isolada mas a inter-relação com os outros e a sociedade de modo que se proceda à inclusão, daí advindo a ética e a cidadania. Em 1912 já FV defendia que a escola tinha de conhecer aprofundadamente cada aluno acompanhando-o e, por isso, o número

de alunos por turma era limitado. As turmas estavam organizadas em «classes móveis» para que os alunos pudessem frequentar níveis diferentes em cada área ou disciplina e beneficiar de apoio suplementar se dele necessitassem, num respeito efetivo pelos ritmos de aprendizagem individuais; promoveu a aprendizagem diferenciada de cada aluno baseada numa educação para a autonomia, em que a experiência prática precedia a teoria, considerando que mais importante do que acumular conhecimento é fazer uso dele; valorizou o trabalho, a partir de uma educação pessoal, moral e social, que dignificava o ser humano e contribuía para o bem-comum. Um estudo de caso que merece reflexão aprofundada sobre o presente e o futuro da educação em Portugal, sobretudo em tempos de crise.

Bibliografia:

(FV) VASCONCELLOS, A. FARIA DE (1915). *Uma escola nova na Bélgica*. Tradução em preparação de *Une école nouvelle en Belgique*. Neuchâtel: Delachaux & Niestlé, por C. Meireles-Coelho, L. Ferreira e A. Cotovio.